

## **RESOLUÇÃO CMHIS Nº 02/2021**

Em conformidade com o Decreto Municipal Nº 28, de 28 de junho de 2021 que trata da situação de emergência e das providências nas áreas residências afetadas no município, pela tempestade Local/conectiva vendaval, combinado com as Atas dos Conselhos CMAS (Ata nº 05/2021) e CMHIS (Ata nº 01/2021), vimos tratar sobre os beneficiários da ajuda de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

**Art. 1º** As famílias beneficiadas serão as seguintes:

**Lenir Borth sob CPF: 004.685.240-96**

**Douglas Rafael Borth sob CPF 034.617.150-42**

**Ilizandro Damiani Pahin sob CPF: 027.149.890-04**

**Neusa de Fatima Schaffer sob CPF 902.256.430-49**

**Romualdo Pereira sob CPF 001.875.230-61**

**Gideão dos Santos Gomes sob CPF 036.483.430-76**

**Art. 2º CRITÉRIOS PARA AS FAMÍLIAS COM PERDAS PARCIAIS OU TOTAIS QUE JÁ QUE INCIARAM A RECONSTRUÇÃO DE SUAS HABITAÇÕES / DELIBERAÇÃO DO BENEFÍCIO NO VALOR DE 5.000,00 ( CINCO MIL REAIS)**

**Art. 4º** As famílias selecionadas para esse benefício, receberam mediante transferência bancária o valor de R\$: 5. 000,00, o recurso deverá ser utilizado na construção/reconstrução de suas residências atingidas pelo temporal. Será de sua responsabilidade viabilizar as melhorias habitacionais e a mão de Obra.

**Art. 5º** As famílias deveram apresentar nota fiscal de aquisição dos materiais no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data do recebimento. Junto a Secretaria Municipal de Assistência Social – CMAS.

**Art. 6º** Outras necessidades eventuais financeiras que possam surgir será de responsabilidade e competência da família solucionar. A família ao finalizar suas melhorias deverá comunicar a Equipe da Secretaria Municipal de Habitação para fazer o registro fotográfico da execução para ser anexado junto ao Parecer Social e para Prestação de Contas nos respectivos Conselhos Municipais.

**Art. 7º** Será de responsabilidades das famílias incluídas manter seu cadastro Único atualizado. A participar todas atividades propostas no processo de execução do trabalho social ofertado pela Equipe de Coordenação através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Centro de Referência de Assistência Social.

**Art. 8º** Em caso de constatar-se que o valor acessado seja usado em outra finalidade fora da definida nesta resolução, fica o poder público municipal autorizado a tomar a medidas administrativas e judiciais cabíveis.

**Art. 9º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sagrada Família RS 07 de Outubro de 2021.



Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS de Sagrada Família RS  
Sidimara Zanella da Silva